

LIDO
 Em 09 / 11 / 05 às 15:57
 Assessoria da Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT
 SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília/DF
 Telefones: 3348 - 8810 FAX: 3348 - 8811
ptcdf@ptcdf.org.br

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES DEPUTADOS MEMBROS DA MESA
 DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.**

Do Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,
 à Assessoria de Plenário.

10/11/05
Stasmar Pinheiro Lima
 Chefe da Assessoria de Plenário

PROC 59/2005

**A BANCADA DO PARTIDO DOS
 TRABALHADORES**, com fundamento no art.39, inciso XIII do Regimento
 Interno desta Casa, e arts. 67, inciso VI, e arts. 3º, incs. V e VI; 6º, inc. VI; 14,
 inc. II e 16, todos contidos na Resolução nº 110, de 17 de maio de 1996, que
 instituiu o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Poder Legislativo Distrital,
 vem à presença de Vossas Excelências apresentar

REPRESENTAÇÃO

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 59 / 05
Fis. Nº 01 <i>Paulo</i>

requerendo a completa investigação dos fatos envolvendo OS
 DEPUTADOS DISTRITAIS JOSÉ EDMAR CORDEIRO E WIGBERTO
 TARTUCE, a seguir articulados.

RSD

JMA

JL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

I- DOS FATOS:

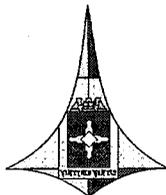
Nos últimos dias os cidadãos do Distrito Federal têm observado os dois Parlamentares representados trocarem acusações na mídia local, imputando um ao outro supostas condutas absolutamente incompatíveis com a ética e ao decoro parlamentar, conforme documentos em anexo.

O Deputado Wigberto Tartuce acusa o Deputado José Edmar de ter contratado uma pessoa para matá-lo. Tal fato estaria sendo investigado em inquérito da Polícia Civil, inclusive com uma suposta conversa gravada em que dois interlocutores afirmam que o Deputado José Edmar estaria planejando assassinar o Deputado Wigberto Tartuce.

Por sua vez o Deputado José Edmar acusa o Deputado Wigberto Tartuce de ter montado uma farsa para incriminá-lo, produzindo e patrocinando a conversa gravada mencionada anteriormente, que é uma das provas capitais da Polícia Civil. Para dar suporte às suas afirmações o Deputado José Edmar apresentou outra gravação em que os interlocutores afirmariam que o Deputado Wigberto Tartuce teria forjado a gravação que o incriminaria.

Conforme se depreende claramente, tais fatos exigem esclarecimentos e investigações. O Poder Legislativo não pode se olvidar de

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 59 / 05
Fis. Nº 02 Paula



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

enfrentar e esclarecer à sociedade a verdade sobre as condutas dos dois Deputados representados.

É preciso que esta Casa afaste qualquer suspeita de acobertamento de condutas ilícias e imorais, sob pena de que, caso se confirmem, venham a nos macular pela inércia deliberada demonstrada.

II – DO DIREITO

O Código de Ética e Decoro Parlamentar, instituído pela Resolução nº 110, de 17 de maio de 1996, assevera que:

Art. 3º São deveres fundamentais do Deputado:

I – honrar o compromisso firmado quando da investidura no mandato eletivo;

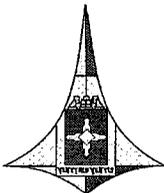
II – respeitar e defender a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica do Distrito Federal, as leis e o Estado Democrático de Direito;

III – empenhar-se na defesa dos interesses dos cidadãos;

IV – exercer o mandato, com respeito à vontade popular;

V – abster-se do uso das prerrogativas parlamentares para pleitear vantagens em proveito próprio ou alheio;

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 59 / 05
Fls. Nº 03 Paulo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

VI – denunciar e combater o clientelismo, o empreguismo e a corrupção em todas as suas formas;
(...)

Art. 6º - Constitui procedimento incompatível com a ética e o decoro parlamentar:

I - o abuso das prerrogativas institucionais, legais e regimentais;

II - a percepção de vantagens indevidas como doações, benefícios ou cortesias de empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas;

III - o envolvimento com o crime;

IV - a embriaguez contumaz;

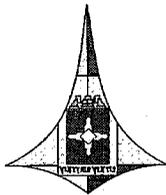
V - revelar conteúdo de debates ou liberações que a Câmara Legislativa ou qualquer de suas comissões hajam resolvido deva ficar secreto;

VI - utilizar-se de meios ou recursos da Câmara Legislativa em benefício pessoal ou para atos estranhos ao mandato;

VII - retardar sem justificativa trâmite de processos administrativos ou de proposições legislativas que estejam sob sua responsabilidade, ou deixar de praticá-lo;

VIII - fazer referências caluniosas a outro Deputado em debates, pronunciamentos ou através dos meios de comunicação, ou usar em discursos palavras que firam o decoro;

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº <u>59</u> / <u>05</u>
Fis. Nº <u>04</u> <u>Paula</u>



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília/DF

Telefones: 3348 - 8810 FAX: 3348 - 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

IX - incitar o público das sessões do Plenário, de forma a induzi-lo a tomar atitudes que comprometam a incolumidade de parlamentares, de servidores ou de instalações físicas da Câmara Legislativa;

X - perturbar a ordem das sessões do Plenário ou das reuniões da Mesa Diretora e das comissões permanentes ou temporárias;

XI - praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa no edifício da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou comissão e respectivos presidentes;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiros enriqueçam ilicitamente;

XIII - revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;

XIV - interferir de maneira a impedir o regular funcionamento dos trabalhos da Câmara Legislativa ou de órgãos e entidades de outros poderes;

XV - instigar populares, concorrendo para atos que desacatem ou agridam outros parlamentares.

Art. 14. O Deputado Distrital será punido com a perda do mandato em caso de:

I - infração a quaisquer das proibições constitucionais referidas no art. 5º deste Código;

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 59 / 105
Fis. Nº 05 Paulo



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

II – prática de quaisquer atos contrários à ética e ao decoro parlamentar capitulados no art. 63 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Os dispositivos retro mencionados complementam a normatização efetuada pela Lei Orgânica do Distrito Federal, que dispõe:

Art. 63. Perderá o mandato o Deputado Distrital:

(...)

II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

(...)

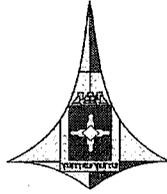
§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Deputado Distrital ou a percepção de vantagens indevidas.

(...)

As duas supostas condutas atribuídas aos dois Deputados representados, caso confirmadas, configuram comportamentos contrários à ética e ao decoro parlamentar.

A Câmara Legislativa não pode ficar inerte frente a este novo ataque à sua imagem e à ética e ao decoro parlamentar. A sociedade

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 59 / 05
Fls. Nº 06



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN - Parque Rural - CEP 70086-900 - Brasília/DF

Telefones: 3348 - 8810 FAX: 3348 - 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

do Distrito Federal exige e merece uma resposta e uma atitude de seus representantes para o esclarecimento completo das supostas condutas atribuídas aos Deputados representados.

O próprio Regimento Interno, bem como o Código de Ética e Decoro Parlamentar indicam o rito e o caminho processual interno para o enfrentamento dessas graves violações: A MESA DIRETORA RECEBE A REPRESENTAÇÃO CONTRA DEPUTADO DISTRITAL. É FEITA A LEITURA EM PLENÁRIO E ENCAMINHADA IMEDIATAMENTE À CORREGEDORIA PARA PARECER PRÉVIO. EM SEGUIDA O CORREGEDOR ENCAMINHA À COMISSÃO DE ÉTICA PARA DELIBERAÇÃO. POSTERIORMENTE A COMISSÃO DE ÉTICA ENCAMINHA À CCJ E DEPOIS PARA O PLENÁRIO, SE O PARECER APROVADO FOR PELA PERDA DO MANDATO.

Art. 39. À Mesa Diretora incumbe a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos estabelecidos neste Regimento Interno.

§ 1º .Na direção dos trabalhos legislativos, cabe especialmente à Mesa Diretora:

(...)

XIII - Receber representações, denúncias ou notícias de infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar contra Deputado Distrital, oferecidas pelo Corregedor, por parlamentar, por Comissão

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC. Nº 59 / 105
Fis. Nº 07 <i>Paula</i>



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT**

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

Permanente, por qualquer cidadão ou por entidades representativas da sociedade civil.

Art. 50. A Corregedoria da Câmara Legislativa será exercida pelo Deputado Distrital eleito para o cargo de Corregedor na mesma eleição das Presidências das Comissões Permanentes, com mandato de um ano, permitida uma reeleição na mesma legislatura.

§ 1º Compete ao Corregedor da Câmara Legislativa:

I – zelar pelo decoro parlamentar, a ordem e a disciplina no âmbito da Casa;

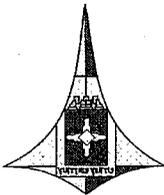
II – realizar investigação prévia acerca de qualquer notícia de infração ao Código de Ética e decoro parlamentar, observando-se, quanto aos prazos, o disposto nos parágrafos seguintes;

III – inspecionar, periodicamente, os processos referentes às proposições.

§ 2º distribuída pela Mesa Diretora a representação, a denúncia ou a notícia de infração ao Código de Ética e Decoro Parlamentar, o Corregedor notificará, no prazo de um dia, o investigado para prestar esclarecimento no prazo de dez dias úteis.

§ 3º Findo o prazo do investigado, com ou sem os esclarecimentos solicitados, o Corregedor proferirá, no prazo de quinze dias úteis, parecer prévio

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 59 / 05
Fls. Nº 08 <i>Ramb</i>



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT**

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

opinativo à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar.

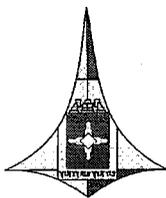
§ 4º Expirado o prazo de que trata o parágrafo anterior, com ou sem parecer prévio do Corregedor, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar poderá, com base na cópia de que trata o inciso XIII do § 1º do art. 39, iniciar o procedimento previsto no Capítulo VI do Código de Ética e Decoro Parlamentar, sem prejuízo de ulteriores diligências da Corregedoria, as quais, uma vez concluídas, serão remetidas à comissão.

§ 5º O descumprimento dos prazos concedidos ao Corregedor para notificar o investigado e emitir parecer prévio, além de configurar a infração prevista no art. 6º, VII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar, não prejudica a iniciativa da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para atuar na forma do parágrafo anterior.

§ 6º No caso de argüição de suspeição ou impedimento do Corregedor para atuar no feito, será escolhido Corregedor *ad hoc*, mediante eleição em plenário, em sessão específica para o caso, a ser realizada até a sessão seguinte em que se deu a argüição, observando-se, no que couber, o parágrafo único do art. 189.

Verifica-se, portanto, que a legislação aplicável à matéria oferece o necessário amparo à propositura da presente Representação,

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 59 / 05
Fis. Nº 09



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT

SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

eis que obedecidos os aspectos inerentes à competência para a sua apresentação e ao órgão que a deve receber, no caso, a Mesa Diretora.

III – DOS PEDIDOS:

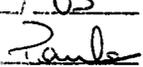
Do exposto, e considerando a gravidade dos fatos reportados que necessitam ser investigados e esclarecidos, requerem:

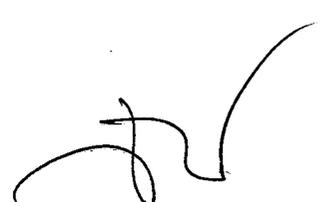
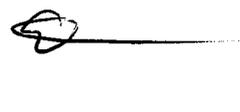
1- O regular processamento da presente representação à Corregedoria e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar para se apurar a verdade sobre as supostas condutas imputadas aos dois Parlamentares representados, e caso se confirmem, a aplicação das penalidades cabíveis;

2- Sejam solicitadas à Polícia Civil cópias de inteiro teor dos inquéritos que apuram os fatos em tela, inclusive os diálogos gravados com laudo do Instituto de Criminalística;

3- Seja solicitado ao Deputado José Edmar a apresentação dos diálogos gravados que supostamente incriminariam o Deputado Wigberto Tartuce para que sejam submetidos ao Instituto de Criminalística;



PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº <u>59</u> / <u>05</u>
Fis. Nº <u>10</u> 



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA LIDERANÇA DO PT**

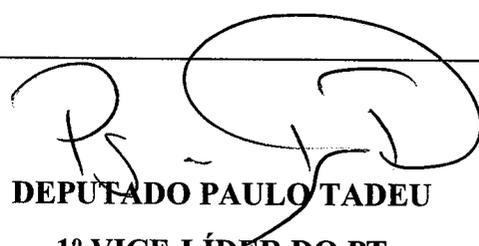
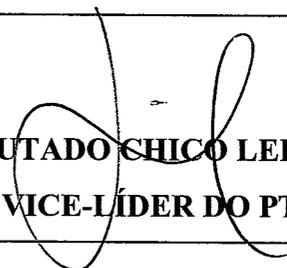
SAIN – Parque Rural – CEP 70086-900 – Brasília/DF

Telefones: 3348 – 8810 FAX: 3348 – 8811

ptcldf@ptcldf.org.br

4- O apensamento do Procedimento nº 53/2005 ao presente feito, para esclarecimentos complementares e apuração de existência ou não de conexão entre eles.

Brasília(DF), 25 de outubro de 2005.

DEPUTADA ERIKA KOKAY LÍDER DO PT	 DEPUTADO PAULO TADEU 1º VICE-LÍDER DO PT
 DEPUTADO CHICO LEITE 2º VICE-LÍDER DO PT	 DEPUTADA ARLETE SAMPAIO
 DEPUTADO CHICO FLORESTA	 DEPUTADO CHICO VIGILANTE

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 53 / 05
Fis. Nº 11 *Paulo*

Polícia busca provas contra Edmar

Agentes apreenderam fitas, fichas de gravadores na casa de líder de invasão

LORENNA RODRIGUES

Agentes da Divisão Especial de Repressão ao Crime Organizado (Deco) fizeram ontem uma busca na casa de Carlos Panta, acusado de incentivar invasões de terra no mesmo processo em que foram indiciados o deputado distrital José Edmar (Prona), o líder do Movimento dos Inquilinos de Planaltina, Severino Rogério Rodrigues e o assessor jurídico do Prona, Ricardo Guedes. Outra busca foi feita também no escritório do Prona, no Condomínio Arapoanga.

Na casa de Panta, os policiais procuraram fitas que incriminam Edmar.

- O Panta afirmou, em seu depoimento, possuir fitas que comprometem o deputado, mas nada foi encontrado - explicou o delegado Cícero Vasconcelos.

Os policiais apreenderam quatro gravadores, uma fita VHS e 100 fichas de inscrição do Prona. Segundo o delegado, a fita exhibe encontros de Panta com integrantes do Movimento dos Inquilinos de Sobradinho, do qual é um dos líderes.

- Na fita, ele diz aos integrantes para buscar o apoio dos deputados José Edmar e Anilcéia Machado (PMDB). Em nenhum momento, porém, os parlamentares aparecem - afirmou Vasconcelos.

No escritório do Prona, foram apreendidas apenas fichas de inscrição de integrantes do Movimento dos Inquilinos de Planaltina. Nas fichas, está escrito 'Apoio: Deputado José Edmar', o que comprovaria a ligação do deputado com o movimento.

Procurado pelo **JB**, Panta afirmou ter gravado conversas com o deputado José Edmar, nas quais o parlamentar teria dito que os integrantes do Movimento dos Inquilinos de Sobradinho deveriam invadir uma área pública que depois ele conseguiria uma liminar para garantir a permanência deles no local. Panta se negou a mostrar as fitas.

- Essas fitas serão entregues na hora certa. Estou sendo muito pressionado e ameaçado, tenho medo de que algo me aconteça, mas vou esperar o momento certo - disse.

Em outra fita, entregue à Polícia no início de setembro, Panta afirma a um interlocutor ter intermediado a contratação de um pistoleiro para matar o secretário de Relações Institucionais do GDF, Wigberto Tartuce, o Vigão, a mando de Edmar.

Muito nervoso, Edmar negou qualquer envolvimento com Carlos Panta. Ele acusou a imprensa com expressões de baixo calão e a polícia de persegui-lo.

- Se ele tem fitas porque ele não mostra? Um cara que sai correndo atrás de policiais com uma machadinha não pode ser levado a sério. Estão criando problemas onde não existe - afirmou.

No domingo passado, Panta foi preso em uma manifestação em Sobradinho

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCNº 59 / 05
Fis. Nº 12 <i>Panta</i>

depois de ameaçar policiais com um facão e uma machadinha. Ele foi solto no mesmo dia.

A deputada Anilcéia Machado também negou envolvimento com Panta e com o Movimento dos Inquilinos. Na próxima segunda-feira, a mulher de Panta, Maria Leonina Panta será ouvida na Deco. Segundo o delegado Vasconcelos, o deputado José Edmar deve ser chamado a depor na próxima semana.

 Tamanho da letra  Enviar esta matéria por e-mail  Imprimir

[01/OUT/2005]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº <u>59 105</u>
Fis. Nº <u>13</u> <u>Panta</u>

Especial para impressão: <http://noticias.correioweb.com.br/materias.php?id=2654391&sub=Distrito%20Federal>

Deputado José Edmar é acusado de mandar matar Wigberto Tartuce

Éderson Marques
Do CorreioWeb

20/10/2005

20h08-O deputado distrital José Edmar (Prona) é acusado de articular a morte de seu desafeto político, o deputado licenciado Wigberto Tartuce (PMDB). A afirmação é da Polícia Civil do Distrito Federal e foi divulgada nesta quinta-feira após Edmar acusar a corporação de realizar **gravações em seu gabinete**. A polícia prendeu na semana passada, em Aroeiras (PB), Elizeu Fonseca da Silva, 20 anos, que assumiu em depoimento a articulação do crime. O jovem estava foragido há quatro meses, após a divulgação de fitas que comprometeriam o deputado do Prona.

De acordo com o diretor da Polícia Civil, Larte Bessa, a informação ainda não tinha sido divulgada para não atrapalhar as investigações da Divisão de Repressão ao Crime Organizado (Deco), que ainda estão em curso. "A tentativa de José Edmar em desviar o foco das atenções, no processo sobre invasão de terra e formação de quadrilha, fez com que a polícia antecipasse a divulgação. A prisão de Elizeu revelou o que já suspeitávamos sobre o planejamento da morte do Vigão", disse.

A denúncia de que José Edmar estava atentando contra a vida de Vigão veio à tona quando uma gravação circulou pelos gabinetes da Câmara Legislativa, há quatro meses. No conteúdo da fita, dois homens comentam sobre a encomenda da morte de Vigão. Na época, o deputado José Edmar disse que tudo não passava de uma armação para que ele perdesse o mandato e fosse novamente preso. O parlamentar esteve preso na Superintendência da Polícia Federal, em 2003, acusado de grilagem de terras públicas.

A Polícia Civil distribuiu cópia à imprensa dos depoimentos de Elizeu e seu pai, José Ferreira da Silva, o Zezão. Neles, os dois contam em riqueza de detalhes como o crime foi articulado. Pelos depoimentos, Zezão e o colega Carlos Alberto Panta – também acusado de incentivar invasão de terras públicas – teriam convidado Elizeu para um encontro com o deputado José Edmar, em uma fazenda de propriedade do parlamentar em Formosa (GO). Antes disso, eles teriam se encontrado com o assessor do distrital, Pedro Barbudo, em um posto em Planaltina.

Segundo Bessa, em abril houve o encontro e o planejamento do assassinato.

"Durante esse encontro, José Edmar responsabilizou Vigão pela morte do filho e disse que iria matá-lo de uma maneira ou de outra. O Panta entregou R\$ 300 reais ao Elizeu dias depois do encontro. O dinheiro era para pagar um aluguel e se esconder da polícia", afirmou. Elizeu já era procurado pela polícia por um homicídio cometido no Varjão.

Prisão

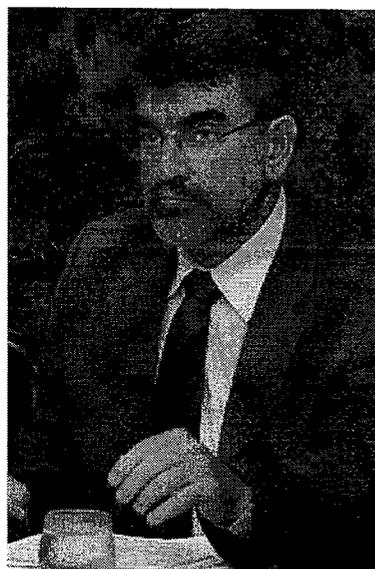
A prisão de Elizeu foi feita em outro estado porque, segundo Bessa, o suspeito fugiu após a denúncia de Vigão ser veiculada pela imprensa. "Foi quando ele se refugiou em casa de amigos na Paraíba. Na semana passada, efetuamos a prisão. Adiantamos a divulgação pelo fato do deputado ter acusado a Polícia de realizar práticas ilícitas. Elizeu confessou a toda a armação", afirmou.

O jovem está preso na Casa de Detenção da Papuda. Ele não pode responder ou ser condenado por participar de uma armação da morte de outra pessoa. Ele vai responder pelo homicídio praticado no Varjão. "A lei não permite a condenação pela articulação de morte. Sem a concretização, não há crime", afirmou o delegado Miguel Lucena, diretor de comunicação da Polícia Civil.

Resposta

O deputado José Edmar não foi encontrado para comentar o assunto. Ele marcou uma entrevista coletiva nesta sexta-feira, às 11h, na Câmara Legislativa. O parlamentar deve comentar as investigações da Polícia Civil e apresentar documentos que tentem comprovar a gravação em seu gabinete. A polícia não pode efetuar a prisão de José Edmar, pois ele tem foro privilegiado. Para tanto, um pedido deve ser feito primeiro ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) e aprovado pelos deputados distritais e m plenário.

Paulo H. Carvalho/CB/28.4.05



Bessa: as acusações do distrital anteciparam a divulgação do fato

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PRO CNO 59 / 05
Fis. Nº 14 <i>Paulo</i>

José Edmar apresenta fitas e contesta acusação da polícia

Sinval Neto e Éderson Marques
Do CorreioWEB

21/10/2005

20h09-O deputado José Edmar (Prona) divulgou nesta sexta-feira uma fita gravada por um de seus assessores. O material contesta a acusação feita pela Polícia Civil de que ele teria encomendado a morte do seu desafeto político, deputado Wigberto Tarturce, o Vigão (PMDB). Agora, é José Edmar quem denuncia uma suposta armação para incriminá-lo.

Na gravação, o assessor do deputado do Prona, Edílson Folha Brandão, escuta um desabafo de Carlos Alberto Panta – também acusado de organizar invasão de terras públicas e negociar a morte de Vigão. Na conversa, Panta se diz arrependido de participar de uma armação contra o deputado José Edmar.

A fita teria sido gravada neste mês, na casa do próprio Brandão. A conversa foi rápida e truncada. Nela, Panta sinaliza uma armação montada por Bonfim – um dos homens identificados nas gravações em que era tratada a morte de Vigão.

Em um trecho da gravação apresentada pelo distrital José Edmar, Panta dá a entender que fez parte do esquema para pressionar o parlamentar, mas não revela o motivo da pressão. “Quando eu dei por fim, esta gravação já estava nas mãos da deputada Eurídes Brito (...) e do Vigão”, diz Panta na fita, sem dar detalhes sobre a referida gravação.

Em entrevista ao **CorreioWeb**, o assessor Brandão disse que decidiu gravar a conversa para se proteger. Segundo ele, Panta contou que teria recebido R\$ 500 de Bonfim, a promessa de 200 lotes mais empregos para suas filhas. Bonfim é citado nas conversas como uma pessoa ligada ao deputado Vigão.

Na opinião do deputado José Edmar, foi o desafeto político que armou todo o esquema contra ele. Sobre a relação com Panta – apontada pela Polícia Civil como “próxima” –, o distrital afirmou que não tem contato com ele. “Eu só o conheci porque ele foi à Câmara pedir apoio para sua igreja. Essa ajuda não aconteceu”, garante.

Análise

O deputado do Prona disse ainda que vai encaminhar a fita para a polícia analisar. Até o momento, nenhuma das duas gravações – a que está em posse da Polícia Civil e a que foi apresentada hoje por José Edmar – foi periciada. O laudo da primeira conversa deve ficar pronto em até 30 dias, segundo a própria Polícia Civil.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 59 / 05
Fis. Nº 15 Panta

O deputado ameaçado negou todas as acusações feitas por José Edmar. Segundo Vigão, a reação do deputado do Prona já era esperada. "A aparição dessa fita é um problema do José Edmar. Ele é que terá de se explicar para a polícia", ressaltou.

Vigão contou também que não conhece Panta e nem Bonfim. No entanto, disse ter mantido contato com Panta na semana passada, quando o homem pediu ajuda porque José Edmar estaria o ameaçando de morte. O deputado ameaçado disse que vai pedir ao Conselho de Ética da Câmara Legislativa a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar.

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCNº <u>59</u> / <u>05</u>
Fis. Nº <u>16</u> <i>Paula</i>

TRIBUNA DO BRASIL

Polícia

José Edmar solta o verbo

Autor: Miguel dos Anjos

O deputado José Edmar (Prona) negou que tenha contratado um pistoleiro para eliminar o distrital licenciado Wigberto Tartuce (PMDB). Edmar apresentou ontem pela manhã uma fita gravada na quarta-feira passada pelo assessor de seu gabinete, Edmilson Folha Brandão, na qual o presidente do Movimento dos Inquilinos de Sobradinho II, Carlos Alberto Panta, insinua que a fita que veio a público anteriormente - sobre um suposto plano para eliminar Tartuce - foi uma "armação política" para desgastar a imagem de Edmar.

Panta foi protagonista de uma outra fita na qual relata um plano para matar o deputado Tartuce. Entretanto, nessa fita apresentada ontem, Panta diz que foi "usado" para incriminar José Edmar. Ele afirma, durante a conversa que teve com Brandão, que recebeu do próprio Tartuce a "promessa de ganhar 200 lotes, 150 contos e emprego para as filhas para incriminar José Edmar".

De acordo com o assessor de imprensa da Polícia Civil do DF, Miguel Lucena, todos os envolvidos nesse novo desdobramento do caso Tartuce serão chamados para depor. Quanto à fita, que segundo José Edmar seria entregue ontem mesmo na 2ª DP (Asa Norte), Miguel Lucena revelou que até às 16 horas ontem nada tinha sido entregue na circunscrição. "Isso mais parece uma ação entre amigos", comentou Miguel Lucena, lembrando que Carlos Panta é muito próximo ao deputado José Edmar.

O deputado do Prona disse que estava muito tranquilo em relação às acusações que lhe foram atribuídas. "Vou provar que essa denúncia não passa de uma armação política para me incriminar", disse ele. Edmar fez um rápido histórico de sua trajetória política, relatando episódios em que a deputada Eurides Brito (PMDB) e o deputado Tartuce - ambos seus adversários - se revezam nos acontecimentos em acirradas disputas, das quais tentaram denegrir a imagem do deputado. Para José Edmar, sua prisão em 2003 pela Polícia Federal, onde ficou detido por 29 dias, foi obra armada por Eurides Brito.

José Edmar lembrou ainda que a opinião pública foi formada contra ele por seus adversários políticos em situações nas quais que ele estava na "defesa dos mais carentes". O deputado disse ainda que não tem nada contra a instituição Polícia Civil do DF. Entretanto, acusou o diretor-geral do órgão, delegado Laerte Bessa de estar querendo se promover politicamente, "fazendo uso do cargo para galgar benefícios futuros numa próxima eleição", sugeriu.

Com base em um CD anônimo encaminhado à Polícia Civil, os investigadores da PCDF começaram a apurar o que havia de verdadeiro em relação à denúncia do plano para matar Tartuce. Na última terça-feira (dia 11), os policiais prenderam em Aroeiras (PB) Elizeu Fonseca da Silva, 20 anos. Acusado de um homicídio no Varjão, no ano passado, Elizeu confessou ter recebido R\$ 1.300 de pessoas ligadas ao deputado José Edmar para pagar o aluguel de um barraco e outras despesas, até concluir o plano de matar Tartuce. A trama também foi confirmada por Carlos Panta e pelo pai de Elizeu, José Ferreira da Silva, o Zezão.

O diretor da Polícia Civil, Laerte Bessa, disse que indiciou José Edmar por invasão de terras públicas e formação de quadrilha, no inquérito de grilagem de terras, além do crime de ameaça de morte. O inquérito seguirá para a Justiça em quinze dias, garantiu.

Enquanto isso, José Edmar acusou Bessa de arapongagem. O distrital denunciou que policiais civis se infiltraram na Câmara Legislativa. Bessa, no entanto, negou a denúncia, dizendo que jamais a Polícia Civil do DF realizaria escutas ilegais ou atividades de monitoramento de parlamentares. "Não é nossa maneira de agir", garantiu o policial.

Quanto a um possível processo de quebra do decoro parlamentar a ser tocado pela Câmara Legislativa contra o deputado José Edmar, a corregedora da casa, Eliana Pedrosa (PFL) disse que se houver a denúncia, a Câmara poderá dar início ao processo.

"O caso é matéria regimental e deve passar pela mesa diretora, pela corregedoria, e pelo conselho de ética, antes de chegar ao plenário", comentou. Pedrosa disse que qualquer um, seja cidadão do povo ou parlamentar, poderá dar entrada na representação para iniciar o processo de cassação dos direitos políticos do deputado. No entanto, a deputada ponderou que o fato ainda é recente e que ela mesmo tomou conhecimento pelos jornais. "Caso isso ocorra, tomaremos todas as medidas para assegurar ao deputado José Edmar amplo direito de defesa", afirmou.

Fonte : Tribuna do Brasil



O distrital do Prona: "armação política"

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC. Nº	59 / 05
Fls. Nº	17

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCNº 59 / 05
Fis. Nº 18 <i>Paula</i>

José Edmar se diz vítima de armação

Para distrital, acusações feitas pela polícia resultam de montagem feita por rival que denunciou ameaça de morte

● EVELINE DE ASSIS

O deputado distrital José Edmar (Prona) negou ontem as acusações feitas pela Polícia Civil contra ele - invasão de terra, formação de quadrilha, favorecimento pessoal e ameaça de morte - e afirmou que tudo não passa de uma grande armação do também deputado e hoje secretário Wigberto Tartuce, com o objetivo de incriminá-lo por ameaça de morte.

O parlamentar apresentou como prova de sua inocência uma fita, que foi entregue à polícia por seu advogado, com a gravação de uma conversa entre um servidor de seu gabinete, Edilson Folha Brandão, e Carlos Panta, a quem o deputado chama de pastor, na qual acusa Wigberto Tartuce de ter feito a armação contra ele.

O deputado, que convocou uma entrevista coletiva em seu gabinete, fez um histórico dos motivos que provocaram as desavenças entre ele, a deputada Eurides Brito e o deputado licenciado Wigberto Tartuce, atual secretário de Relações Institucionais e de Cooperação entre Poderes do DF, a quem José Edmar teria encomendado a morte.

Na gravação Panta refere-se a uma terceira pessoa identificada apenas como Bonfim, presidente de uma cooperativa habitacional, que teria feito a gravação da conversa entre ele e o próprio Panta, Nessa conversa, incriminaria o deputado José Edmar a pedido de Vigão e que no final foi o único que teria conseguido o que queria.

Panta conta na gravação que ele, Elizeu Fonseca da Silva, 20 anos, e seu pai, José Ferreira da Silva, o Zezão, teriam recebido R\$ 50 mil, cada um, de Wigberto Tartuce para armar contra o deputado a acusação de ameaça de morte.

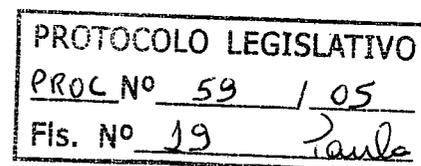
José Edmar afirma que as declarações da Polícia Civil são uma retaliação à denúncia de escuta em seu gabinete e que o deputado Tartuce está fazendo drama, querendo ser a vítima, reafirmando que essa história foi criada, inventada.

O deputado disse que tem a consciência tranqüila e não teme ter seu mandato cassado:

- Eu não tenho medo da justiça, passei a ter medo da injustiça - disse o parlamentar, que está satisfeito de agora poder ter direito de defesa na imprensa, o que antes não lhe foi permitido - afirmou.

Processo - A corregedora da Câmara, deputada Eliana Pedrosa, disse que, a partir das informações que tem recebido, vai aguardar até próxima terça-feira, porque qualquer abertura de processo tem que aguardar a abertura do plenário.

- Até lá, qualquer cidadão ou parlamentar poderá solicitar a abertura do processo e, caso contrário, eu mesma entrarei com um pedido de representação para investigar se houve ou não queda do decoro parlamentar.



 Tamanho da letra  Enviar esta matéria por e-mail  Imprimir

[22/OUT/2005]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº <u>59</u> / <u>05</u>
Fls. Nº <u>20</u> <i>Paulo</i>



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20050919-112861-0,00.html>

Segunda-Feira, 19 de Setembro de 2005

Reportagem

Invasão

Rafael Monaco



A promessa de ganhar um lote fez milhares de pessoas formarem fila no sábado no Setor Arapoanga, em Planaltina. O cadastramento foi promovido pelo Movimento dos Inquilinos de Planaltina para invadir uma área do GDF. As inscrições foram feitas na sede local do Prona, organizado pelo deputado José Edmar. O nome do deputado estava, inclusive, na ficha de inscrição.

"Ninguém é besta de invadir uma área particular para tomar tiro na cara. A gente vai ocupar área pública. Depois, vamos entregar uma lista das pessoas de quem votou nele em 2002 e precisa de lote para morar. Ele irá cumprir com o

dever dele, que cada um receba um lote. Para isso nós temos o apoio do Zé Edmar", afirma Ricardo Guedes, assessor jurídico/Prona.

Hoje o deputado José Edmar defendeu o movimento, criticou as políticas habitacionais e descartou estar se aproveitando politicamente da situação. "Não é época de campanha, é sim de trabalho político. Isso é trabalho político. Se fosse época de campanha, poderia ser questionado pelo Ministério Público. Neste momento, não. O partido empresta, hipoteca, participa e ajuda na luta pela moradia. Inclusive, cedendo a sua sede para fazer a inscrição no Movimento dos Inquilinos", afirma José Edmar, deputado distrital - PRONA.

Segundo a Secretaria de Habitação, 500 mil pessoas esperam pela regularização dos condomínios, em todo o Distrito Federal. Mesmo afirmando que a área de Planaltina será protegida, a secretária em exercício, Glória Rincon, diz que as listas serão analisadas.

"É um patrimônio que será defendido, dentro da esfera de cada Secretaria e de cada órgão, inclusive da Administração Regional. Por isso, cada vez mais a estrutura do DF cresce no sentido da proporção da população, no sentido de ter a vigília constante e o controle constante da propriedade", enfatiza Glória Rincon, secretária em exercício da Habitação.

No Guarã II, a situação é parecida. A organização que reúne 76 cooperativas e associações negocia uma área para 3.800 famílias, há dez anos. "Invadir não, ocupar. Estamos pretendendo ocupar para proteger a área de futuras invasões, dos movimentos que estão tendo no DF", fala José Neto, presidente das Associações de Inquilinos.

O governador Joaquim Roriz considerou tudo isso como um caso de polícia. Determinou que a fiscalização seja intensificada nas áreas públicas. A divisão de combate ao crime organizado abriu inquérito policial para investigar a formação de quadrilha e vai identificar os organizadores de invasões, que serão chamados para depor. Inclusive os políticos envolvidos. Para o Ministério Público Eleitoral o envolvimento do deputado José Edmar, mesmo não sendo época de campanha, pode ser caracterizado como abuso de poder econômico.

Imagens: Mário Reis e Edgar de Andrade

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC Nº	59 105
Fis. Nº	21 <i>Paulo</i>



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20050920-112999-0,00.html>

Terça-Feira, 20 de Setembro de 2005

Reportagem

Ilegalidade
Rafael Monaco



O GDF reagiu! Em nota assinada pela Secretaria de Segurança Pública e pelas polícias Civil e Militar, o governo afirma que não vai tolerar o que chamou de ação criminosa, com objetivo de invadir terras públicas. O governo do DF determinou à polícia a abertura de inquérito para apurar se houve formação de quadrilha ou bando.

O governo pede ainda a identificação dos principais líderes do suposto movimento, inclusive os políticos. Segundo a nota, se forem confirmadas as denúncias, os responsáveis podem ser condenados de seis meses a três anos de prisão.

"Qualquer tipo de afirmativa de ocupação destas áreas é uma violação da legislação. É um crime previsto pela lei, e como tal, as pessoas podem ser presas em flagrante. Nós vamos agir com serenidade, com máximo rigor para impedir a ocupação", afirma o General Athos Costa de Faria, secretário de Segurança Pública.

A atitude de José Edmar repercutiu mal na Câmara Legislativa. Segundo a líder do governo, a suposta participação do deputado é preocupante. "É preocupante a forma como está sendo colocada. A ocupação irregular, o próprio nome já diz", faça Anilicéia Machado, líder do governo.

A Corregedora da Câmara Legislativa disse que nada pode fazer se não houver um pedido de investigação contra José Edmar, apesar de reprovar atitudes deste tipo. "A Corregedoria não pode se antecipar aos fatos. O regimento da Casa impõe que seja apresentada uma denúncia, que não seja anônima, e que seja encaminhada a Mesa Diretora, que será líder em plenário, e depois será encaminhada para a Corregedoria", diz Eliana Pedrosa, corregedora da CLDF.

O caso também foi parar na Superintendência da Polícia Federal. Segundo o corregedor, o que aconteceu sábado já em Planaltina pode ser caracterizado como incitação pública à prática de crime, o que de acordo com o Código Penal pode haver pena de três a seis meses de prisão.

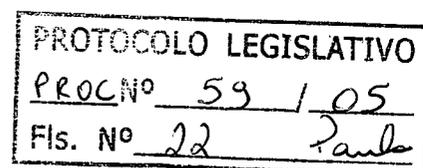
Hoje pela manhã, o corregedor regional assistiu às reportagens veiculadas pelo DFTV hoje de manhã e disse que há elementos suficientes para abrir um inquérito. "No mínimo, nós já temos configurada a prática de crime de incitação ao crime. Quem dá apoio a este tipo de atitude está como co-autor do delito. Mas nós temos que aprofundar essa investigação", enfatiza Wenderson Braz Gomes, corregedor regional da PF.

Ontem, o deputado José Edmar se defendeu e descartou estar se aproveitando politicamente da situação. "Se fosse época de campanha, poderia ser questionado pelo Ministério Público. Neste momento, não. O partido empresta, hipoteca, participa e ajuda na luta pela moradia. Inclusive, cedendo a sua sede para fazer a inscrição no Movimento dos Inquilinos", afirma José Edmar, deputado distrital - PRONA.

O Ministério Público Eleitoral contesta as afirmações do deputado José Edmar. Diz que os procuradores podem sim investigar denúncias a qualquer tempo, mesmo fora da época de campanhas eleitorais. É que a princípio, o caso configura abuso de poder político, além do crime de estimular invasão de área pública. Isso pode tornar o deputado inelegível por três anos.

O Movimento dos Inquilinos de Planaltina informou há pouco que o acampamento no Jardim Roriz, previsto para domingo, foi suspenso, para evitar confrontos.

Imagens: Emerson Soares





www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20050921-113228-0,00.html>

Quarta-Feira, 21 de Setembro de 2005

Reportagem

Invasões

Renata Feldmann



O presidente do Movimento de Inquilinos de Planaltina depôs durante mais de duas horas. Severino Rogério Rodrigues do Nascimento saiu negando que planejava invadir um terreno de 40 mil metros quadrados em Planaltina, no domingo que vem. "Seria provisório. Seria apenas uma tenda para atender os inquilinos. Não teria lona, nem madeirite, nem tijolo, nem pedra", afirma o presidente do movimento.

Ele não desistiu do acampamento. Só mudou de endereço. Agora, será na praça em frente à administração da cidade. Severino Rogério mostrou documentos que provam que o governo sabia do movimento. Um convite para o

governador participar da passeata rumo ao terreno foi protocolado no Palácio do Buriti, na quinta-feira passada, dia 15. O administrador de Planaltina recebeu o convite, no mês passado. No último fim de semana, Severino Rogério foi flagrado cadastrando pessoas para ocupar a área. O apoio do deputado José Edmar estava claro até na ficha de filiação do movimento.

O presidente da Organização das Associações Habitacionais do DF, José Paulino da Silva, também foi ouvido. Investigado por organizar a invasão, no próximo domingo, dia 25, na QE 48 do Guarã, o líder comunitário negou a acusação.

O depoimento mais revelador foi o do pastor da Assembléia de Deus, Carlos Panta. Líder comunitário em Sobradinho II, ele confirmou que está organizando a invasão de uma área na cidade e disse que autoridades o apoiavam. "A deputada Anilcéia Machado apoiou sim as pessoas a invadirem a área. O deputado José Edmar chegou depois para dar um reforço. Ele tratou as coisas com mais sinceridade", conta Carlos Panta, líder comunitário.

Carlos Panta disse que o deputado chegou a abrir um escritório político na cidade, em 2002, para credenciar eleitores. "Muita gente votou nele por conta da promessa, do apoio a moradia", lembra Carlos Panta, líder comunitário.

"Nós estamos na fase de colher depoimento. Pretendemos, mais adiante, ouvir também o deputado José Edmar", diz Cícero Monteiro, delegado.

Segundo o porta-voz do GDF, Paulo Fona, o governo tomou todas as providências assim que soube da ameaça de invasão. Ele disse ainda que todo o aparato de segurança vai ser usado para impedir qualquer ocupação.

A deputada Anilcéia Machado disse que as afirmações de Carlos Panta são falsas e que sempre acionou a fiscalização quando houve ameaças de invasão, em Sobradinho. Danilo Rinaldi, advogado e assessor de José Edmar, nega que o deputado esteja incentivando invasão. Hoje, a polícia federal enviou comunicado ao deputado pedindo informações.

Imagens: Márcio Muniz

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC Nº	59 / 05
Fls. Nº	23 Paulo



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20050924-113707-0,00.html>

Sábado, 24 de Setembro de 2005

Reportagem

Invasão: Polícia monitora área pública ameaçada

Rafael Monaco



Hoje de manhã o clima era de tranquilidade na QE 48, no Guarará II. Segundo a organização que reúne 76 cooperativas e associações, uma grande área estaria sendo negociada para 3.800 famílias, há dez anos. Mas ainda não teve resposta do governo.

Na segunda-feira, o presidente da organização, José Neto, ameaçou ocupar a área dizendo que era uma medida de proteção. "Invadir não, ocupar! Nós pretendemos ocupar para proteger a área de futuros invasores. Estamos preocupados com isso!", justifica.

Por volta das 9h30, o Siv-Solo, Batalhão Ambiental e a Polícia Militar chegaram para fazer o monitoramento da área. A orientação é não sair do local. Se houver qualquer movimentação diferente, o policiamento deve ser reforçado.

No fim de semana passado, a promessa de ganhar um lote fez milhares de pessoas formarem fila no Setor Arapoanga, em Planaltina. O cadastramento foi promovido pelo movimento dos inquilinos da cidade para invadir uma área do GDF, com o apoio do deputado José Edmar, do Prona.

O governo garantiu que não vai tolerar o que chamou de ação criminosa com objetivo de invadir terras públicas e determinou à polícia a abertura de inquérito para apurar se houve formação de quadrilha ou bando. A Polícia Federal também abriu inquérito para apurar o caso.

Imagens: José Carlos

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC N° 53 / 05
Fis. N° 24 <i>Paula</i>



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:

<http://redeglobo6.globo.comhttp://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20050926-113805-0,00.html>

Segunda-Feira, 26 de Setembro de 2005

Reportagem

Moradia já!

Camila Guimarães



A sede do partido PRONA em Planaltina permaneceu fechada durante todo o domingo. Bem diferente da imagem do último fim de semana, quando mais de oito mil pessoas se cadastraram no Movimento dos Inquilinos. A ficha de inscrição tinha o nome do deputado distrital José Edmar. A promessa de ganhar um lote levou muitos moradores a enfrentar fila.

No domingo, a polícia fez barreiras na entrada da cidade para evitar que invasores ocupassem duas áreas públicas. Uma perto da BR 020 e outra entre os bairros Jardim Roriz e Arapoanga.

Moradores que não têm casa própria saíram de Arapoanga em caminhada. A idéia de acampar nos terrenos vazios foi descartada. Os policiais escoltaram o carro de som e acompanharam toda a movimentação de cima.

O deputado José Edmar, apontado como organizador do movimento, seguiu a passeata uma parte dentro do carro e outra caminhando. "Não tem ninguém com barraca, nem com madeira. A passeata tem apenas caráter reivindicatório", esclareceu José Edmar.

Os moradores levaram faixas e cartazes com frases contra a invasão. Andaram cerca de 5 km para chamar a atenção das autoridades para o problema da falta de moradia. De acordo com a Polícia Militar, 200 pessoas participaram da manifestação.

Os participantes do Movimento dos Inquilinos passaram pelo centro de Planaltina e terminaram o protesto em frente à Administração Regional. O local já estava protegido pela polícia.

Não houve tumulto. A passeata terminou com o discurso dos inquilinos. "Nós queremos o projeto com a expansão do Setor Habitacional Jardim Roriz", afirmou o presidente do Movimento dos Inquilinos de Planaltina.

Imagens: Salvatore Casella

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC ^o 59 / 05
Fls. N ^o 25 Paulo



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20051020-117511-0,00.html>

Quinta-Feira, 20 de Outubro de 2005

Reportagem

Escuta clandestina

Renata Feldmann



Com depoimento marcado para esta quinta-feira na Delegacia de Combate ao Crime Organizado, o deputado José Edmar pediu cópia do inquérito em que é investigado por incitação à invasão de terras públicas.

As investigações foram abertas no mês passado, depois que o Movimento de Inquilinos de Planaltina organizou a invasão de um terreno na cidade. O cadastramento de candidatos a um lote foi feito na sede do Prona e teria o apoio do deputado José Edmar.

Junto ao inquérito, um documento reservado. Ele cita uma reunião que o deputado teve com Severino Rogério do Nascimento, presidente do movimento, no dia 20 de setembro, no gabinete dele na Câmara. Revela ainda o teor. Na conversa, o deputado pediu a Severino que não ocupasse o terreno, mas que mantivesse a passeata prevista para o domingo seguinte. O documento diz que as informações foram passadas à Divisão de Inteligência Policial da Polícia Civil por órgãos de inteligência.

"Essa reunião aconteceu e não há dúvida nenhuma que houve uma gravação ilegal dentro da Câmara Legislativa. Nós já sabíamos dessas gravações, mas não tínhamos provas. Agora temos uma prova concreta, de um documento da Polícia Civil, fazendo arapongagem dentro do gabinete do deputado", contou José Edmar (Prona).

A denúncia foi feita pelo deputado José Edmar no fim da tarde dessa quarta-feira, no plenário da Câmara Legislativa. O deputado pediu à polícia da casa que abra investigações sobre o caso. Quer também uma posição do governo sobre qual órgão teria feito a escuta clandestina e por quanto tempo conversas dele foram gravadas.

O líder do Prona e único colega de partido de José Edmar, disse que a denúncia é grave e defendeu a abertura imediata de investigações. "Um caso dessa natureza vazar aqui da Câmara? Parecendo arapongagem? Eu acho lamentável. Temos que ser preservados", reclamou o deputado Wilson Lima.

O apoio a José Edmar veio de todos os lados, até da oposição. "É normal que se vá à Justiça e se adquira autorização judicial para fazer a investigação. O que não pode é fazer acompanhamento indevido das atividades do movimento social e dos parlamentares", afirmou o deputado Chico Vigilante (PT).

A pedido dos parlamentares, a líder do governo na Câmara decidiu ir ontem mesmo relatar a denúncia ao governador Joaquim Roriz. "Nós vamos levar ao governador informações sobre a denúncia e ouvir dele quais serão as providências adotadas, considerando que as denúncias são graves e recaem sobre um órgão do governo, que é a Polícia Civil", disse Anicéia Machado.

Segundo a deputada Anicéia Machado, o governador achou estranha a denúncia. Vai determinar uma investigação para esclarecer os fatos. Ele também deve conversar com o diretor da Polícia Civil, Laerte Bessa, para saber se a escuta foi feita pela Polícia Civil.

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC Nº	59 / 05
Fis. Nº	26 <i>Paula</i>



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20051021-117686-0,00.html>

Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2005

Reportagem

Crime de ameaça Reanata Feldmann



Elizeu Fonseca da Silva está preso desde terça-feira da semana passada. Ele foi localizado por agentes da Polícia Civil em Arceiras, interior da Paraíba, onde estava foragido. Acusado de um homicídio no ano passado, Elizeu é apontado pela polícia de ter sido contratado pelo deputado José Edmar para matar o secretário de assuntos parlamentares do governo, deputado distrital Wigberto Tartuce, o Vigão.

No depoimento em Brasília, Elizeu confessou que teve dois encontros com José Edmar. Um, há quatro meses, na fazenda do deputado, em Formosa, onde recebeu a proposta. "Ele me falou sobre o Vigão, que tinha uma rixa com ele...

Falou que pagaria para matar."

Segundo ele, José Edmar teria oferecido inclusive a arma do crime: "Um rifle winchester. O rifle seria usado para fazer o serviço."

Elizeu disse que a conversa foi intermediada por Carlos Panta, pastor e líder comunitário em Sobradinho, Pedro Barbudo, ligado a José Edmar, e o pai de Elizeu, José Ferreira da Silva, conhecido como Zezão. Dias depois, Elizeu recebeu de Carlos Panta R\$ 300, dinheiro que teria sido entregue a ele a mando de José Edmar.

O pistoleiro contou ainda que fugiu para a Paraíba não para se esconder da polícia, que já o procurava pelo crime do ano passado, mas por medo de ser assassinado. "Se eu chegasse a fazer o camarada, que ele conversou, que ele falou sobre isso... Que garantia eu teria?"

O inquérito só deve ser concluído em 15 dias. Mas o chefe da Polícia Civil, delegado Laerte Bessa, disse que antecipou as revelações pressionado pela denúncia de José Edmar, de que teria sido vítima de uma espionagem ilegal feita por órgãos de inteligência ligados à Polícia Civil. "Está comprovado que ele contratou um pistoleiro para executar o deputado Wigberto Tartuce. Temos a confissão do acusado e de dois agenciadores."

José Edmar será indiciado por crime de ameaça. A polícia vai decidir, ao fim do inquérito, se pede à Justiça a prisão preventiva do deputado. Mas o delegado lembra que José Edmar tem imunidade parlamentar. Só pode ser preso se a Câmara Legislativa autorizar.

O deputado José Edmar nega que tenha contratado o pistoleiro ou oferecido dinheiro a ele ou a qualquer das testemunhas para matar Vigão e ainda apresentou uma contraprova. Uma fita gravada com uma suposta conversa que o pastor Carlos Panta teria mantido com um funcionário de José Edmar, quarta-feira, no Varjão.

Na gravação, a voz que seria de Carlos Panta fala de uma armação do deputado Vigão para prejudicar José Edmar. Nas investigações da Polícia Civil, Carlos Panta aparece como um dos intermediadores do encontro entre José Edmar e o pistoleiro Elizeu Fonseca da Silva.

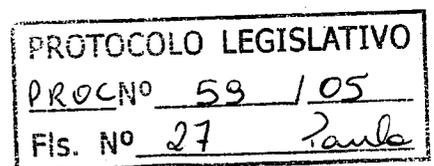
- "Eu me deparei com uma pessoa ligada ao Vigão, que me procurou e até comentou sobre essa questão de 150 contos. Ah! Você entra nessa para levar o seu!"

Segundo a gravação, R\$ 150 mil seriam divididos entre Panta, Elizeu e o pai, Zezão:
 - "A pessoa ficou falando que o negócio dos 150, dos 50 pro Zezão, 50 para o filho e 50 pra você".

Na conversa, Carlos Panta também teria revelado por que denunciou o esquema ao funcionário de José Edmar:

- "O Vigão?"
 - "É!"
 - "Acabou que não deu em nada. Eu estou é arrependido!"

"O que tem na fita com clareza é que o Wigão não cumpriu o trato", observa José Edmar.



O deputado Wigberto Tartuce nega a acusação. Diz que não conhece Carlos Panta e que sabia da tentativa de assassinato tramada contra ele. Segundo o deputado, ele só não foi morto por interferência da Polícia Civil. "Quem conhece o deputado José Edmar sabe que ele é capaz de fazer muito mais. Ele já agrediu dois parlamentares e tem história de mando de assassinato com peões da fazenda dele", acrescenta Wigberto Tartuce.

O diretor de Comunicação da Polícia Civil, delegado Miguel Lucena, disse que a declaração de Carlos Panta é suspeita, já que o pastor é ligado ao deputado José Edmar. Mas informou que a Polícia Civil vai requerer a fita hoje. O Bom Dia DF não conseguiu localizar o pastor Carlos Panta. O pastor foi uma das testemunhas ouvidas pela Polícia Civil, mas se reservou o direito de ficar calado no depoimento. Ele também está envolvido em outro inquérito, em que José Edmar é acusado de incitação à invasão de um terreno, em Planaltina.

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROCNº <u>59</u> / <u>05</u>
Fls. Nº <u>28</u> <u>Panta</u>

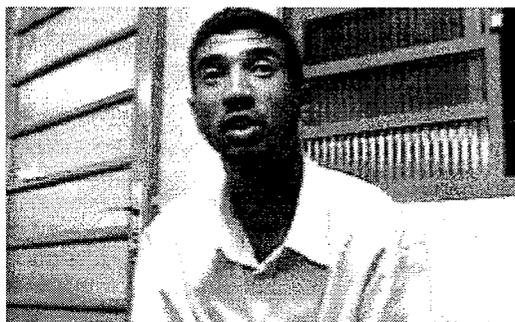


www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20051021-117816-0,00.html>

Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2005

Reportagem

Assassinado encomendado Renata Feldmann



O advogado de José Edmar entregou à Polícia Civil o que seria a prova da inocência do deputado distrital. Uma fita gravada, de uma suposta conversa entre o pastor Carlos Panta e um funcionário do deputado. A fita foi revelada hoje, com exclusividade, pelo Bom Dia DF. Na gravação, a voz que seria de Carlos Panta fala de uma armação do deputado e secretário de governo, Wigberto Tartuce, o Vigão, para prejudicar José Edmar. Ontem, a Polícia Civil divulgou que José Edmar encomendou a morte de Vigão.

"Ele contratou um pistoleiro para matar o deputado Wigberto Tartuce. Temos a confissão do acusado, como também a confissão de dois agenciadores" fala Laerte Bessa, delegado.

Elizeu Fonseca da Silva foi preso a dez dias, na Paraíba, onde estava foragido. Acusado de homicídio, ano passado, ele foi apontado pela Polícia Civil como o pistoleiro contratado por José Edmar. Em um depoimento, Elizeu confessou que a proposta foi feita pelo deputado, na fazenda dele, em Formosa/GO. "Falou que pagaria para matar", diz Elizeu no depoimento.

O pistoleiro contou que dias após o encontro, recebeu R\$300 de Carlos Panta que, segundo ele, foi um dos intermediadores do encontro na fazenda do deputado. Mas o preço do serviço não foi combinado. "Panta falou que ele tinha mandado dinheiro pra eu pagar aluguel pra mim ficar escondendo de boa", conta Elizeu.

O deputado nega que contratou o pistoleiro ou que ofereceu dinheiro para matar Vigão. Na gravação entregue por José Edmar à polícia, Carlos Panta diz que foi Vigão quem ofereceu dinheiro a ele, a Elizeu e ao pai do Pistoleiro, conhecido como Zezão. "O negócio do R\$ 150, a pessoa tá fazendo, é R\$ 150 pro Zezão, R\$ 150 o filho, vai ficar com R\$ 50 pra você", trecho da gravação.

Na conversa, Carlos Panta diz que foi à casa de Vigão e que o secretário teria oferecido ajuda ao pistoleiro, alegando que tem amigos na polícia. "Eu não conheço Carlos Panta. Ele esteve comigo arrependido para ajudá-lo. Mas não tem como ajudar, ele vai ter que se virar com a polícia", disse Wigberto Tartuce, secretário de assuntos parlamentares.

A fita será encaminhada para a penca da Polícia Civil, que também vai chamar Carlos Panta para depor novamente. No primeiro depoimento à Delegacia de Combate ao Crime Organizado, no dia 21 de setembro, o pastor confirmou a trama para matar Vigão. Mas no segundo depoimento, ficou calado e disse que só falaria em juízo.

Na Câmara Legislativa, a corregedora, deputada Eliana Pedrosa, vai recomendar a abertura de processo por quebra de decoro contra o deputado distrital José Edmar. "Intensidade do injusto, eu só espero que os meus colegas não sejam injustos por mais essa armação", fala José Edmar, deputado distrital (Prona/DF).

O delegado responsável pelo caso disse que vai convocar também o Edilson, que falou com Carlos Panta, na gravação. Ele é funcionário do deputado José Edmar. Carlos Panta não foi encontrado.

Imagens: João Raimundo e Juarez Dornelles

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PROC Nº	59 / 05
Fls. Nº	29 Paulo



www.globo.com/dftv - Ache esta matéria em:

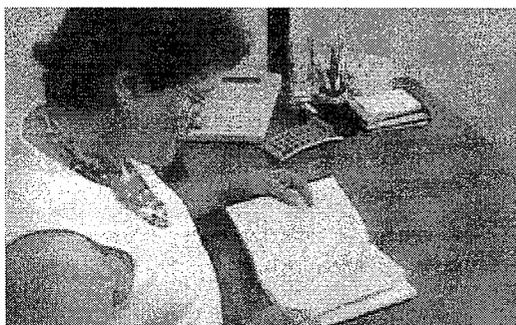
<http://redeglobo6.globo.com/http://dftv.globo.com/Dftv/0,6993,VDD0-2982-20051021-117751-0,00.html>

Sexta-Feira, 21 de Outubro de 2005

Reportagem

Quebra de decoro parlamentar

Cleyde Amorim



A deputada Eliana Pedrosa estuda o regimento interno da Câmara Legislativa para ter certeza se ela, como corregedora, pode entrar com uma representação contra o deputado José Edmar, e mesmo assim se manter no cargo para conduzir o processo que começa pela Corregedoria. Se isso não for possível, ela vai aguardar que outro deputado entre com a representação.

"Eu acho que o momento em que nós vivemos é, mais do que nunca, que a Câmara Legislativa aprecie esse caso com a maior rapidez possível", afirma Eliana Pedrosa (PFL/DF), corregedora da CLDF.

A Corregedoria vai agir na segunda-feira. Sendo mesmo aberto o processo por quebra de decoro parlamentar, contra o deputado José Edmar, ele pode ter o mandato cassado. Para isso, em sessão secreta e com o voto secreto, 13 dos 24 deputados distritais têm que votar sim.

[© Copyright 2005 - TV Globo Ltda.] | [Política de Privacidade]

PROTOCOLO LEGISLATIVO
PROC Nº 59 / 05
Fis. Nº 30 <i>Paula</i>